



***ENTRE O RACISMO E O SILENCIO: MASCULINIDADES
SUBALTERNIZADAS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS***

***ENTRE EL RACISMO Y EL SILENCIO: MASCULINIDADES
SUBALTERNIZADAS EN LOS ESPACIOS EDUCATIVOS BRASILEÑOS***

***BETWEEN RACISM AND SILENCE: SUBALTERN MASCULINITIES IN
BRAZILIAN EDUCATIONAL SPACES***

Natanael de Freitas Silva¹

RESUMO

Este artigo discute como os marcadores de raça e cor atravessam a construção das masculinidades de jovens pardos e pretos no Brasil, com foco nos espaços educacionais. A partir de uma abordagem interseccional e decolonial, são analisados dados oficiais - como o *Atlas da Violência 2021*, o relatório *Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil* (IBGE, 2019), e a publicação *Aprendizagem em Foco n. 56* (Instituto Unibanco, 2019) - que evidenciam os estigmas, a exclusão e o silenciamento que incidem sobre esses sujeitos. O texto articula referências teóricas dos estudos sobre masculinidades e relações étnico-raciais para refletir sobre como a escola contribui tanto para a reprodução da masculinidade hegemônica quanto para a emergência de práticas de resistência. Ao problematizar o uso generalizante da categoria “masculinidade negra”, propõe-se o reconhecimento das especificidades das masculinidades pardas e pretas, marcadas por diferentes graus de vulnerabilização e racismo. Conclui-se que é urgente repensar as práticas pedagógicas e políticas educacionais para que se construam espaços formativos antirracistas, plurais e afetivos, capazes de acolher e potencializar a diversidade das masculinidades subalternizadas.

PALAVRAS-CHAVE: masculinidades subalternas. Interseccionalidade. educação.

RESUMEN

Este artículo discute cómo los marcadores de raza y color atraviesan la construcción de las masculinidades de jóvenes pardos y negros en Brasil, con énfasis en los espacios educativos. A partir de un enfoque interseccional y decolonial, se analizan datos oficiales

¹ Professor Substituto do Departamento de História no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DH/IM/UFRJ). Doutor em História (UFRuralRJ). Especialista em Educação e Diversidade (IFRJ/CPar). Pesquisador das masculinidades e suas interseccionalidades. natanaelfreitass@gmail.com

- como el *Atlas de la Violencia 2021*, el informe *Desigualdades Sociales por Color y Raza en Brasil* (IBGE, 2019) y la publicación *Aprendizaje en Foco n.º 56* (Instituto Unibanco, 2019) - que evidencian los estigmas, la exclusión y el silenciamiento que afectan a estos sujetos. El texto articula referencias teóricas de los estudios sobre masculinidades y relaciones étnico-raciales para reflexionar sobre cómo la escuela contribuye tanto a la reproducción de la masculinidad hegemónica como al surgimiento de prácticas de resistencia. Al problematizar el uso generalizante de la categoría “masculinidad negra”, se propone el reconocimiento de las especificidades de las masculinidades pardas y negras, marcadas por distintos grados de vulnerabilidad y racismo. Se concluye que es urgente repensar las prácticas pedagógicas y las políticas educativas para construir espacios formativos antirracistas, plurales y afectivos, capaces de acoger y potenciar la diversidad de las masculinidades subalternizadas.

PALABRAS-CLAVE: masculinidades subalternizadas. Interseccionalidad. educación.

ABSTRACT

This article discusses how race and skin color shape the construction of masculinities among young Brown and Black men in Brazil, with a focus on educational settings. Based on an intersectional and decolonial approach, the study analyzes official data - such as the *Atlas of Violence 2021*, the *Social Inequalities by Color and Race in Brazil* report (IBGE, 2019), and *Learning in Focus n. 56* (Instituto Unibanco, 2019) - to highlight the stigmatization, exclusion, and silencing experienced by these subjects. Drawing on theoretical contributions from masculinity and racial studies, the article examines how schools can both reproduce hegemonic masculinity and enable resistant practices. It also questions the generalized use of the category “Black masculinity,” arguing for the recognition of the specificities of Brown and Black masculinities, marked by different degrees of vulnerability and racism. The article concludes that it is urgent to rethink pedagogical practices and educational policies in order to build anti-racist, plural, and caring learning spaces capable of welcoming and empowering the diversity of subaltern masculinities.

KEYWORDS: Subaltern masculinities. Intersectionality. Education.

* * *

Introdução

Nos últimos 40 anos, no Brasil, os estudos sobre masculinidades têm se consolidado como profícuo campo de investigação, especialmente a partir de perspectivas críticas e interseccionais que interpelam a noção de uma masculinidade única, universal e natural. Ao considerar, principalmente, os atravessamentos de gênero, raça, classe e sexualidade, pesquisadores tem problematizado as formas pelas quais diferentes masculinidades são produzidas social e historicamente, em especial nos espaços educacionais (Galet, Seffner, 2016; Silva Junior, 2017).

Trabalhos pioneiros como os de Connell (1995) e Kimmel (1998), instauraram discursividades com vocabulário e conceitos próprios, como as noções de masculinidades

hegemônicas, subalternas, cúmplices e subordinadas, além de denunciarem as hierarquias sociais alicerçadas nas relações de poder subsumidas nas relações de gênero e na produção de subjetividades masculinas. Temas como violência, paternidade, sexualidade, saúde masculina, conjugalidades e relações de amizade, matizam as cores e as linhas interpretativas de trabalhos que buscam compreender o fenômeno sociocultural e político da construção das masculinidades (Silva, 2022).

No Brasil, principalmente no campo das humanidades e suas interfaces, os estudos das masculinidades podem ser divididos em três momentos: o primeiro, compreende os anos de 1990, no qual, uma série de trabalhos desenvolveram análises a partir da noção de “crise dos homens como uma crise de um padrão de masculinidades hegemônica, o qual lhes sobrecarregava com o peso da masculinidade” (Souza, 2009, p. 133).

O segundo, emerge no início dos anos 2000 em que uma série de trabalhos produzidos em áreas como antropologia, sociologia, psicologia e história (Silva, 2022), fomentaram um vasto conjunto de interpretações que, guardada as especificidades das áreas e das questões tratadas, convergem para a compreensão das masculinidades como um processo relacional, atravessado por vetores significantes das diferenças entre homens e mulheres - relações inter-gênero, e entre os próprios homens - relações intra-gênero (Welzer-Lang, 2001).

Em terceiro, a partir de 2012, vem se desenvolvendo uma série de estudos articulando marcadores da diferença, resultando nas recentes análises das masculinidades negras e/ou não brancas (Conrado, Ribeiro, 2017; Pinho, Souza, 2019, 2024; Francisco, 2023), além na ênfase na dimensão subjetiva e numa abordagem pós-estruturalista com foco nas linguagens, nas performances, nos enunciados e nas discursividades sobre as masculinidades.

Apesar da temática racial não ser um tópico novo, sua articulação com as masculinidades tem oxigenado e provocado novas questões, novos olhares e novas abordagens nos estudos negros e da diáspora, focalizando os processos de subjetivação e provocado uma reflexão muito necessária das masculinidades em contextos pós-coloniais, no qual as marcas da hierarquização racial incidiram indubitavelmente na produção de subjetividades generificadas e racializadas.

Sendo assim, neste artigo, discutimos como a categoria raça/cor influi na construção das masculinidades de jovens pardos e pretos no Brasil, com especial atenção

aos espaços educacionais e aos sentidos atribuídos ao masculino não branco no imaginário social. Para isso, serão mobilizados dados de documentos oficiais — como o *Atlas da Violência 2021*, o relatório *Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil* (IBGE, 2019) e a publicação *Aprendizagem em Foco n. 56* (Instituto Unibanco, 2019) — em diálogo com aportes teóricos da educação, dos estudos culturais e da perspectiva decolonial. A intenção é contribuir para o debate interseccional sobre as articulações entre raça, gênero e classe no campo educacional, evidenciando as múltiplas formas de produção, regulação e resistência das masculinidades pardas e pretas, recorrentemente subalternizadas.

Masculinidades em disputa: perspectivas críticas e interseccionais

Conforme aponta Connell (1995), existem múltiplas formas de masculinidade, organizadas hierarquicamente em relação a uma hegemonia que privilegia determinados modos de “ser homem”, em detrimento de outras masculinidades, consideradas subordinadas, marginalizadas ou cúmplices. Michael Kimmel (1998) complementa essa leitura ao afirmar que os homens são socializados sob a lógica de uma “masculinidade idealizada”, que exige força, racionalidade, competitividade e negação do afeto, configurando uma permanente performance para a validação social.

O termo *masculinidade*, segundo o sociólogo Pedro Paulo de Oliveira (2004), remonta ao século XVIII e objetiva nomear um conjunto de práticas distintivas dos sexos. Em Connell (1995), o termo passou a ser entendido como uma configuração de práticas sociais constitutivas da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Tal processo, argumenta a autora, ocorre ao longo de toda a vida, uma vez que “homens” significa pessoas adultas com corpos masculinos” (Connell, 1995, p. 188). Ou seja, reconhece-se que as masculinidades são, em parte, vivenciadas e materializadas a partir dos modos de “corporificação” das normas de gênero que se expressam desde a infância e acompanham as demais fases da vida - seja no modo de vestir, de andar, nas escolhas profissionais,性uais e afetivas - mobilizando uma série de sentidos atribuídos ao *ser homem*.

No âmbito educacional, Guacira Louro (2016) tem abordado como as normas de masculinidade se entrelaçam com as dinâmicas escolares, permeando práticas pedagógicas, currículos ocultos e expectativas de comportamento. A escola, enquanto espaço de socialização, participaativamente da produção e da regulação das

masculinidades, muitas vezes reforçando padrões de gênero que desqualificam a sensibilidade e a diversidade de expressões masculinas.

Entretanto, compreender a masculinidade apenas a partir do gênero é insuficiente. É preciso interseccional essa análise com a categoria raça. Kabengele Munanga (2019) adverte que o racismo opera não apenas como forma de discriminação, mas como estrutura organizadora das relações sociais, que posiciona sujeitos racializados em lugares de subalternidade e estigmatização. A masculinidade negra e/ou não branca, portanto, não se constitui nas mesmas bases da hegemonia: ela é construída a partir da negação, da exclusão e da ameaça.

Sueli Carneiro (2023) reforça que a construção social da identidade do homem negro no Brasil está vinculada historicamente à desumanização. A negação da humanidade dos homens negros se expressa tanto na violência policial quanto na ausência de expectativas positivas em relação ao seu futuro — fenômenos que impactam diretamente sua relação com os espaços educacionais e formativos. A masculinidade negra é, assim, uma identidade cindida entre o apagamento e o estigma da cor.

Enquanto categoria analítica, a masculinidade negra é permeada por múltiplos processos de racialização e criminalização, que se expressam tanto na violência institucional quanto nas expectativas (ou na ausência delas) que incidem sobre os corpos e trajetórias desses sujeitos. Nos contextos escolares, essas masculinidades frequentemente se veem tensionadas entre o imperativo do desempenho, a invisibilidade curricular e a imposição de estereótipos que associam o homem negro à agressividade, ao desinteresse pelos estudos ou à virilidade excessiva (Rocha, 2019). Tais construções não são neutras: operam como dispositivos de exclusão e contribuem para a manutenção de desigualdades estruturais no campo da educação.

Nessa área, destacam-se trabalhos que frisam a dimensão étnico-racial presente na construção das masculinidades, suas torções, enfrentamentos e desafios diante de uma reconfiguração das práticas de masculinidades e de feminilidades na contemporaneidade (Viveros-Vigoya, 2018; Restier, Souza, 2019; JJ bola, 2020; Silva Júnior, Camilo, 2022; hooks, 2022).

Nesse debate, sobressaem as contribuições da antropóloga colombiana Mara Viveros-Vigoya. A partir de uma análise interseccional entre os marcadores de gênero, raça, etnia classe, a autora articula narrativas distintas sobre as experiências de ser

“homem”, “negro”, “branco”, “heterossexual” ou “homossexual” na Colômbia, abordando as continuidades e as descontinuidades históricas “da branquitude no contexto nosso americano (*nuestro americano*), do período colonial aos dias atuais” (Viveros-Vigoya, 2018, p. 32).

A primeira consiste no uso da cor como uma metáfora “para falar da diversidade, das diferenças e desigualdades existente entre homens e masculinidades” (Viveros-Vigoya, 2018, p. 24). Em suas palavras: a “cor é um signo que transmite mensagens, provoca sensações em relação à diferença e põe em evidência as analogias que impregnam nossa linguagem e forma de pensar e atuar frente a ela” (*ibidem*). Isto é, o racismo se fundamenta a partir dos sentidos atribuídos sobre a diferença de cor em sociedades colonizadas.

Assim, entendemos que o racismo - *racismo da cor* (Sodré, 2023) - é uma prática institucional² e intersubjetiva que incide nas relações sociais a partir dos estereótipos e significados atribuídos as pessoas pardas e pretas em contextos pós-coloniais.

A perspectiva feminista não separatista e posicionada, defendida por Viveros-Vigoya, privilegia a produção de um conhecimento situado, reconhecendo que, na luta por uma sociedade mais igualitária, homens e mulheres são aliados. Tal premissa contribui para deslocar o olhar das naturalizações e cristalizações que compreendem a masculinidade — principalmente a não branca — como sinônimo de violência, força, dominação, virilidade e potência sexual. A autora constrói uma análise histórica que visibiliza experiências não hegemônicas, atravessadas pela racialização dos corpos, que também atuam na construção das masculinidades pardas e pretas.

De acordo com o Relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a expectativa de vida dos homens no continente americano é, em média, 5,8 anos menor do que a das mulheres. O documento *Masculinidades e saúde na região das Américas* evidencia o crescimento entre os homens das taxas de suicídio, homicídios, uso abusivo de substâncias e acidentes de trânsito. Esses índices estão diretamente relacionados às expectativas sociais atribuídas ao masculino, como a obrigação de ser provedor, a pressão pela performance sexual dominante, o silenciamento das emoções e a ideia de que devem resolver os próprios problemas sozinhos, evitando buscar ajuda. O relatório aponta ainda

² Entendemos que a noção de racismo institucional é mais adequada à de racismo estrutural que é imprecisa e predominantemente abstrata. Para aprofundar essa discussão, ver: ESPÓSITO, Yuri Bataglia. Revisão pós estruturalista da noção de “opressão estrutural”: os dispositivos interseccionais de subjetivação lumpenizante. *Revista Periódicus*, v. 2, n14, p. 41-78, 2021.

que um em cada cinco homens morre antes dos 50 anos, sendo as principais causas doenças cardíacas, violência interpessoal e acidentes de trânsito — situações fortemente associadas a comportamentos “machistas” socialmente construídos³.

No Brasil, esse cenário é ainda mais evidente: os homens vivem, em média, sete anos a menos que as mulheres⁴. A taxa de suicídio entre brasileiros é quatro vezes maior do que entre brasileiras. Além disso, os homens são as maiores vítimas de violência letal, sendo atingidos dez vezes mais do que as mulheres, ao mesmo tempo em que figuram como os principais autores de feminicídios. Esses dados revelam a urgência de refletirmos sobre os processos de construção das masculinidades e, sobretudo, sobre a necessidade de elaborar, implementar e executar políticas públicas efetivas que atendam às demandas dessa população.

Quando se cruzam esses números com marcadores de cor e/ou raça, observa-se que homens pardos e pretos ocupam as primeiras posições no sistema prisional, bem como estão na linha de frente da violência, seja como alvos, seja como agentes — tanto em conflitos ligados ao crime organizado quanto em ações das forças de segurança do Estado. Nesse sentido, não é raro que, ao se destacar a situação de homens pardos e pretos, surjam interpretações equivocadas de que isso significaria antagonizar com as mulheres negras ou defender pautas masculinistas. Na realidade, trata-se do reconhecimento de que meninos, jovens e homens não brancos vivenciam experiências históricas e sociais específicas que exigem um olhar científico e analítico capaz de orientar políticas públicas eficazes e comprometidas com a equidade de gênero e raça.

Considerando o caráter multirracial da sociedade brasileira, entendemos que, a categoria *masculinidade negra*, mobilizada por um amplo conjunto de autores-referência, apesar de demarcar a desigualdade social e a subalternização atribuída a esses sujeitos, acaba por reforçar uma lógica biracial entre brancos e negros, podendo cristalizar uma interpretação monolítica sobre as masculinidades pardas e/ou mestiças (Cardoso, 2018; Santos, 2021; Bastos, 2023).

Na perspectiva de Lourenço Cardoso (2018), a manutenção da lógica binária, branco-negro, é efeito do que o autor denomina de “modo de pensar da razão dual racial”.

³Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/19-11-2019-masculinidade-toxica-fara-com-que-1-em-cada-5-homens-nas-americas-nao-alcancem>. Acesso em 07 set. 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-exercitar/noticias/2022/o-estigma-social-que-envolve-a-saude-masculina>. Acesso em 07 set. 2025.

Cardoso argumenta que, no Brasil, as diversas concepções e possibilidades de análise dos conflitos de caráter étnico-racial, são, em sua maioria, reduzidos à dualidade. Como efeito dessa abordagem binária, as identidades ambíguas como os pardos e/ou mestiços, acabam invisibilizadas, secundarizadas.

Essa tensão se intensificou quando o Censo de 2022 revelou que, pela primeira vez desde 1991, a maioria da população brasileira — 92,1 milhões de pessoas — se autodeclarou parda, superando as populações que se identificaram como branca, preta, indígena e amarela. Esse dado reacendeu uma antiga querela sobre o lugar do pardo no campo das classificações étnico-raciais (Silva, 2025).

Janaína Santos (2021), ao abordar a ambiguidade fenotípica dos brasileiros, destaca a fluidez de determinadas categorias de classificação racial, como o termo pardo, de modo que a mesma pessoa pode

ser racialmente percebida de forma diferente conforme a região do país, a situação socioeconômica, os traços fenotípicos, o contexto no qual se encontra e a percepção do observador, o que aumenta a complexidade da questão racial brasileira (Santos, 2021, p. 115).

Essa constatação dialoga com os argumentos de Nogueira (2006) e Daflon (2017), que apontam como a classificação de cor, para além das características fenotípicas, apresenta variações subjetivas e contextuais. Tais variações são moduladas pela intersecção entre vetores de raça — entendida como identidade étnico-racial autodeclarada — e de classe, vinculada às condições profissionais e socioeconômicas dos indivíduos.

Neste caso, fica evidente a impossibilidade analítica de abordarmos as relações raciais no Brasil sem considerar a fluidez e as categorias abertas e/ou espontâneas de autoidentificação racial, como caboclos e cafuzos, como acontece nas regiões Norte e Nordeste, sob o risco de reduzir o debate a negros e brancos no Brasil, sob uma perspectiva sudestina. Assim, é preciso falar de pardos-negros e de pardos indígenas, por exemplo (Santos, 2021; Rodrigues, 2024).

Pesquisas recentes, sinalizam a necessidade de escuta da população parda nos debates antirracistas. É o caso da dissertação de mestrado em Psicologia de Hortêncio Rocha (2023) e a tese de doutorado interdisciplinar em Ciências da Saúde de Christian Godoi (2025). No primeiro, a autora analisou, a partir de entrevistas semiestruturadas, como pessoas autodeclaradas pardas relatam sentir-se em um “entre-lugar”, vista às vezes como trânsfugas do binarismo branco-negro e, muitas vezes, acusados de promoverem a divisão política no agrupamento entre pardos e pretos. Rocha (2023) argumenta que a

identidade parda é processual e multifacetada, nômade. É uma categoria ambígua, contestada e em disputa, ora associada ao embranquecimento e à negação da negritude, ora como possibilidade de criar um espaço legítimo de identidade própria e que pode ser vista como ausência de lugar (“não-lugar”) quanto um espaço de negociação e ressignificação, capaz de tensionar o binarismo branco-negro.

No segundo trabalho, Godoi (2025) concentra-se na noção de parditude, entendida como o sentimento de ser pardo que emerge nos discursos de jovens produtores de audiovisual. O autor a define como uma experiência identitária própria de quem se autodeclara pardo no Brasil. Mais do que uma referência cromática, a parditude é um fenômeno que abrange práticas culturais, políticas e discursivas. Parditude pode ser entendido também como

uma corruptela advinda do conceito de Negritude forjado por Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire e que busca circunscrever, identificar e especificar a singularidade e potencialidade das identidades pardas dentro do contínuo de cor, complexificando o debate étnico racial para além da categorização binária mobilizada nas expressões “brancos e negros” ou “brancos e não brancos”. A parditude busca congregar pessoas que vivem situações de ambiguidade racial, advindas principalmente das interações afro/euro/indígena; sendo uma maneira de categorizar a racialidade de pessoas com fenótipo ambíguo, mestiço, nos estudos das relações étnico-raciais brasileiras (Silva, 2025, p. 247).

Nesse sentido, busca-se afirmar o pardo como sujeito desejante, capaz de atribuir significado às suas vivências, desigualdades e traumas. Diferente do concepção de colorismo, não se restringe a gradações de pele, mas reflete a pluralidade histórica, cultural, afetiva e territorial do ser pardo. Para Godoi, trata-se do reconhecimento de um pertencimento múltiplo, que não se prende ao binarismo branco/negro.

Sales e Carvalho (2025) concordam que o reconhecimento da multiracialidade pode ser uma força contra-hegemônica global, reconhecendo o pardo como categoria própria e legítima, parte essencial da identidade nacional, em vez de tratá-lo como uma subdivisão apagada. Isso possibilita problematizar a lógica dual racial e a construir políticas mais inclusivas que não invisibilizem os pardos e mestiços, principalmente nas ações afirmativas.

Como sugere Monica Francisco, ao refletir sobre os processos de discriminação de homens e meninos pardos e pretos, afirma: “o uso indiscriminado do conceito negro para agrupar pretos e pardos em suas variedades fenotípicas e regionais nas pesquisas

sobre homens pretos traz uma série de problemáticas.” (Francisco, 2023, p. 168). A primeira é que a população preta, principalmente masculina, sofre intenso ódio racial em relação aos pardos, conforme o número de óbitos informados no *Atlas da Violência* (Cerqueira, 2021).

Em seguida, o racismo incide de modo distinto entre grupos pardos e pretos, considerando que o racismo se dá pelo signo da cor, “quanto mais escuro, mais discriminado” (Petrucelli, Saboia, 2013). Levando em conta que, em nossa sociedade, a corporeidade é um fator condicionante para a classificação social como branco, negro e mestiço. A fragilidade das classificações étnico-raciais com base nos fenótipos tensiona as disputas em torno da maneira como a maioria da população brasileira se autodeclara parda, por exemplo (Cardoso, 2018), disputando a hegemonia das teorias interpretativas sobre a negritude e seus correlatos, como a parditude.

Logo, a composição de pardos e pretos em um mesmo grupo pode prejudicar os grupos de pessoas pretas, tendo em vista que numa perspectiva interseccional, vetores de raça e classe são intercambiáveis e molares, logo, essa diferença precisa constar nos levantamentos estatísticos e demográficos. Acrescenta-se também que, conforme sublinhado por Lia Schucman (218, p. 67), ainda “são raros os estudos que relacionam dinâmicas familiares e relações raciais⁵, e ainda mais incipientes os trabalhos que falam dos processos de racialização do mestiço brasileiro”.

De fato, e pelos limites desse artigo, não pretendemos esgotar discussão. No entanto, entendemos que o caráter multirracial e pluricultural da formação da sociedade brasileira, não permite ignorarmos as múltiplas identidades mestiças nacionais (Lesser, 2001).

Por fim, a diferença entre pardos e pretos existe pois

famílias pretas sem mistura com outros grupos raciais, possuem herança cultural partilhada por vivenciarem as mesmas questões sociais e étnicas por possuírem as mesmas características físicas e partilham das mesmas experiências sociais de serem um corpo preto num mundo racializado (Francisco, 2023, p. 168).

Dessa maneira, a categoria masculinidade negra acaba por eclipsar as assimetrias e especificidades do modo como o racismo é significado e incide sobre meninos, jovens e homens pardos e pretos. Por isso que, ao longo do texto, fazemos uso das expressões

⁵ Sobre as escolhas afetivas e conjugais de casais inter-raciais, ver: PETRUCCELLI, José Luis. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 29–51, jan. 2001.

masculinidades não brancas, masculinidades pardas e pretas e/ou masculinidades subalternizadas, para demarcar essa singularidade que caracteriza as relações hierarquizadas entre homens pardos, brancos e pretos no país.

Assim, torna-se urgente refletir sobre os modos como a noção de raça/cor impacta a construção das masculinidades de jovens pardos e pretos no Brasil, marcados por experiências de silenciamento, estigmatização e exclusão.

Masculinidades sob vigilância: dados, estigmas e exclusões

Historicamente forjadas sob a lógica da violência e do controle social, as masculinidades não brancas são marcadas por estigmas que se reproduzem tanto no cotidiano quanto nas instituições públicas, especialmente na segurança e na educação. Os homens pardos e pretos são os principais alvos de processos de criminalização e exclusão, o que afeta diretamente suas possibilidades de inserção social, educacional e profissional. Essa realidade é evidenciada por dados oficiais que revelam como o racismo institucional incide de forma específica sobre essa população.

O *Atlas da Violência 2021* (Cerqueira, 2021) mostra que 77% das vítimas de homicídios no país são pessoas não brancas, sendo a ampla maioria homens jovens entre 15 e 29 anos. A persistência dessa estatística ao longo das últimas décadas denuncia um processo contínuo de genocídio da juventude periférica, cujas vidas são atravessadas por uma lógica de descartabilidade e hipervisibilidade enquanto ameaça. A morte precoce desses jovens, muitas vezes fora dos espaços escolares e dentro das periferias urbanas, escancara a fragilidade do pacto social em garantir o direito à vida para determinados sujeitos (Butler, 2022).

Esses dados dialogam com os achados do relatório *Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil* (IBGE, 2019), que evidencia a correlação entre cor/raça e os indicadores de acesso à educação, ao trabalho e à renda. Pardos e pretos têm menores taxas de escolarização, são maioria entre os que abandonam a escola e enfrentam maiores obstáculos para a permanência e conclusão dos estudos. No mercado de trabalho, menos de 30% ocupam posições de liderança e/ou cargos gerenciais e são maioria nos índices de subutilização da mão de obra no âmbito dos empregos formais. No campo educacional, pardos e pretos somam quase 10% da população analfabeta, sendo que, desse quantitativo, a maior parte se concentra no meio rural (IBGE, 2019, p. 1).

Gláucio Silva (2022), ao analisar os mecanismos que dificultam a ascensão profissional de pardos e pretos em posições de alta liderança em treze empresas de grande porte nacional de capital aberto, argumenta que os mecanismos de interdição não são formais, mas sutis, perfilados na contratação, promoção, alocação de trabalho e remuneração.

No âmbito educacional, a evasão escolar de meninos pardos e pretos frequentemente se dá em razão de múltiplas vulnerabilidades: trabalho precoce, violência urbana, falta de reconhecimento e acolhimento no espaço escolar e ausência de políticas públicas específicas. O que reverbera na vida adulta, dificultando e interditando a ascensão profissional.

A publicação *Aprendizagem em Foco* n. 56 (Instituto Unibanco, 2019) reforça essa perspectiva ao analisar o desempenho escolar e as expectativas educacionais de estudantes do ensino médio a partir de recortes de raça e gênero. Percentualmente, a média de conclusão do ensino fundamental e médio de meninos e jovens não pardos e pretos é menor quando comparada a outros segmentos, 80,5% e 55,8%. Ou seja, ficam atrás das meninas e jovens pardas e pretas que no ensino fundamental tinham uma média de conclusão de 87,7% e no ensino médio de 66,7%.

As meninas brancas são respectivamente as mais bem colocadas, tendo no ensino fundamental média de 94,1% e no ensino médio 81,2%, enquanto os meninos brancos têm um percentual de 88,4% e 70,4%. Esses números materializam a hierarquia da estratificação escolar brasileira no ensino básico, a saber: meninas brancas, meninos brancos, meninas não brancas e meninos pardos e pretos. Ou seja, O estudo revela que meninas, especialmente as brancas, possuem expectativas educacionais mais altas, enquanto meninos pardos e pretos aparecem entre aqueles que menos projetam a continuidade dos estudos no ensino superior. Além disso, enfrentam maiores índices de reprovação e abandono, o que aponta para uma desigualdade estrutural que se manifesta desde os anos iniciais da escolarização.

O censo escolar de 2023 retificou esses dados. O documento constatou que, após a pandemia, houve um aumento nos índices de reprovação e abandono escolar na educação básica. Com exceção das pessoas brancas e do sexo feminino, os demais marcadores apresentaram aumento substancial no âmbito da desistência e retenção no Ensino Fundamental. A evasão escolar de pessoas do sexo masculino foi de 3,5%, um valor 0,9% superior ao registrado em pessoas do sexo feminino (2,6%). Em relação à

cor/raça, brancos evadiram 2,1% em 2023. No conjunto de pessoas pardas e pretas, esse índice cresce para 3,5% (Castilho, 2025).

A interseção entre os vetores de gênero e raça nos permite visualizar a assimetria entre meninos e meninas no espaço escolar. De modo geral, as meninas tendem a ter um maior suporte no seu processo de ensino e aprendizagem, conseguindo, na maioria das vezes, concluir o ensino fundamental e médio. Os meninos, por sua vez, são percebidos como mais desatentos, desinteressados e, no caso de meninos não brancos, prevalece o estereótipo de desobedientes, indisciplinados e pouco afeitos a aprendizagem.

Marília Carvalho (2004), uma das principais pesquisadoras sobre o insucesso escolar de meninos e jovens no país, argumenta que a preponderância do convívio familiar na regulação e corporificação dos atos de masculinidade e feminilidade expressos no ambiente escolar é inevitável. Em suas palavras,

é indiscutível a força de concepções de masculinidade e feminilidade trazidas constantemente pelas crianças de fora para dentro da escola, mas é preciso também questionar as relações e práticas escolares, a cultura escolar, como fontes igualmente importantes na construção das identidades de meninos e meninas, seja na reprodução de estereótipos e discriminação de gênero, seja na construção de relações mais igualitárias (Carvalho, 2004, p. 38).

Como observado por bell hooks (2022) ao refletir sobre o processo de escolarização, homens pardos e pretos “são percebidos como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais” (hooks, 2022, p. 83). Há uma imbricação dos estereótipos produzidos pelo racismo e pelo machismo que separam noções como corpo e mente, projetando a noção de intelectualidade para homens brancos e a força e o vigor físico para homens não brancos.

Por consequência, jovens e homens pardos e pretos ocupam, em sua maioria, funções operacionais e técnicas em detrimento de posições de liderança. Nos embates e debates midiatizados sobre as masculinidades: quais são os homens que ficam de fora das políticas públicas e educacionais? Qual o lugar social atribuído aos homens que atuam como encanadores, mecânicos, eletricistas, “motoboys”, ajudantes de pedreiros, borracheiros, “camelôs”, trabalhadores rurais? Quais “privilégios” esses homens têm uma sociedade que os desumaniza e os abandona a própria sorte?

Uma leitura apressada que costuma classificar os homens como um grupo monolítico e “privilegiado”, diante das assimetrias aqui elencadas, não se sustenta. Com

efeito, um olhar atento à dimensão relacional entre os sexos e o diálogo com os estudos sobre as masculinidades, a partir de uma perspectiva interseccional, tem nos mostrado que os homens não compõem uma classe homogênea como uma leitura binária, essencialista e materialista tende a fazer. Os homens e o masculino compõem um grupo heterogêneo de identidades, práticas, atos, performances e hábitos que conformam uma hierarquia de valores disputados entre os próprios homens e definidoras do dividendo patriarcal repartido entre os excluídos do privilégio alcançado pelos chamados “grandes homens” (Welzer-Lang, 2001, p. 467).

O dividendo patriarcal configura o benefício disponível aos homens enquanto grupo. Connell e Pearse (2015) entendem o dividendo patriarcal a partir de uma análise do acúmulo generificado de recursos no capitalismo avançado. Todavia, continuam as autoras, grupos específicos de homens

podem ser prontamente excluídos de partes do dividendo patriarcal. Na maior parte do mundo, homens homossexuais são excluídos da autoridade e do respeito atribuídos àqueles que incorporam formas hegemônicas de masculinidade, embora possam, e em muitos países efetivamente o façam, compartilhar vantagens econômicas gerais dos homens sobre as mulheres (Connell, Pearse, 2015, p. 221).

Respondendo a essa inquietação, o escritor congolês JJ Bola afirma que é praticamente inevitável reconhecermos que o

o patriarcado mutila o poder da maioria dos homens. [...] é um sistema que concede privilégios ao sexo masculino, mas ele não favorece todos os homens da mesma forma - os benefícios do patriarcado são reservados apenas para poucos integrantes de uma elite, uma suposta classe superior de homens, [...] o resto basicamente precisa batalhar pelas sobras, o que, de modo geral, se traduz com uma ilusão ou uma falsa noção de direito adquirido, um sentimento de privilégio e uma falsa percepção de superioridade (Bolla, 2020, p. 93).

Obviamente que a presença de homens pardos e pretos em posições subalternas no mercado de trabalho, como citado anteriormente, não tem a ver com uma incapacidade inata desses sujeitos, sendo antes a pouca garantia de acesso e principalmente de permanência no espaço escolar que leva muitos jovens periféricos ao mercado de trabalho, geralmente informal, antes mesmo de concluir o Ensino Médio, que é um gargalo do processo educacional brasileiro (Ferretti, 2018).

Com isso, muitos acabam retidos em funções de pouco nível educacional e longas jornadas de trabalho. O que se expressa também na alta presença de meninos e jovens pardos e pretos na chamada evasão escolar, como também na baixa presença desses

jovens no ensino de Nível Superior. Mesmo com o avanço das políticas afirmativas por meio das cotas sociais e raciais, há uma estratificação étnico-racial e de gênero quando observamos esses dados.⁶ Além dos autores que tematizam a questão étnico-racial e as relações familiares, como bem observado nos ensaios de Emmanuel Acho,

as famílias negras têm taxas muito mais altas de lares com apenas um dos pais. Esses lares monoparentais significam menos renda e um maior risco de pobreza. Esses lares também produzem taxas de evasão escolar mais altas, taxas de gravidez na adolescência mais altas e maiores chances de ter problemas com a justiça, acrescido de insegurança alimentar e de relações familiares muitas vezes pouco afetivas (Acho, 2021, p. 135).

No entanto, o autor reforça que “o que devemos discutir não é o fato de famílias desestruturadas serem ruins: isso é óbvio. O que precisamos discutir é quem as desestruturou e como isso aconteceu?” (Acho, 2021, p. 135). Isso nos alerta para o quanto crianças e principalmente meninos racializados precisam lutar e se esforçar muito mais para superar e desafiar os obstáculos de acesso à educação e ao trabalho, e para se afastar da criminalidade e da precariedade da vida.

No mais, os dados aqui elencados permitem afirmar que a subalternização de jovens e homens pardos e pretos é efeito de um projeto social de exclusão e manutenção das desigualdades com base no preconceito de cor que afeta também as estruturas estatais e educacionais (D'Adesky, 2022).

A escola como território de disputas: entre a reprodução da masculinidade hegemônica e os gestos de resistência

Os dados, até aqui apresentados, não devem ser lidos de forma isolada: eles revelam o modo como as masculinidades subalternizadas são socialmente construídas a partir da ausência de reconhecimento, do medo e do controle. Nos espaços escolares, essa construção opera por meio de práticas que naturalizam o fracasso escolar de meninos pardos e pretos, os disciplinam de maneira mais dura e os excluem dos afetos e cuidados. É nesse cenário que se intensifica a experiência de não pertencimento, de invisibilidade e de resistência cotidiana.

⁶ HANZEN, Elstor. Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico. UFRGS, 18/11/2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/mesmo-sendo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/>> Acesso: 20/04/2025.

A escola, que deveria funcionar como espaço de promoção de igualdade e emancipação, frequentemente se configura como ambiente de reforço de estigmas. Em vez de produzir reconhecimento e valorização das múltiplas expressões de masculinidade, acaba contribuindo para a manutenção de narrativas que associam a parditude e a negritude à violência, à indisciplina e à inviabilidade.

Para bell hooks (2004), os homens negros, submetidos à lógica do patriarcado racista, muitas vezes internalizam padrões de masculinidade que os oprimem, ao mesmo tempo em que reproduzem estruturas de dominação. Para hooks, a libertação dos homens racializados passa pela desconstrução dessas normas opressoras e pela reinvenção de afetos, vínculos e formas de ser que rompam com o ideal patriarcal branco.

Dessa forma, pensar as masculinidades pardas e pretas implica reconhecer que elas não apenas ocupam uma posição marginal em relação à hegemonia, mas que são atravessadas por múltiplas violências que operam simultaneamente: o racismo institucional, a exclusão de classe, a imposição do ideal masculino branco e a negação dos afetos. Isso significa encarar o desafio de pensar práticas pedagógicas que reconheçam essa pluralidade e também possibilitem o rompimento com os dispositivos de opressão que regulam os corpos de meninos, jovens e homens pardos, pretos e masculinos desde a infância.

A escola, enquanto espaço de socialização e produção de subjetividades, ocupa lugar central na construção das masculinidades. Ela não apenas transmite conteúdos curriculares, mas também regula comportamentos, afeições e modos de ser no mundo. Como destacado por Guacira Louro (2004) e Michael Kimmel (1998), os códigos de gênero que circulam nas práticas escolares tendem a reforçar normas binárias e hierarquizadas, que naturalizam a associação entre masculinidade e força, racionalidade, competitividade e controle emocional. No entanto, essas expectativas recaem de forma desigual sobre os corpos racializados.

Meninos, principalmente pardos e pretos, muitas vezes, são alvo de vigilância mais intensa nas instituições escolares, sendo percebidos como “problemáticos”, “agressivos” ou “desinteressados”. Essas leituras estão profundamente imbricadas com a construção histórica da masculinidade não branca como perigosa e indomável. Nesse contexto, a escola opera como um mecanismo de controle social que, ao invés de promover equidade, acaba por reforçar desigualdades estruturais que atravessam raça e gênero e classe.

Por outro lado, é também na escola que emergem possibilidades de reconfiguração dessas normatividades. Professores(as), gestores(as) e estudantes engajados(as) em práticas pedagógicas críticas têm elaborado alternativas para o enfrentamento do racismo e da masculinidade hegemônica. Tais experiências, ainda que pontuais, indicam fissuras em uma estrutura historicamente excludente, abrindo espaço para a valorização da diversidade, da afetividade e da construção de identidades masculinas não violentas, plurais e antirracistas.

Um exemplo disso é a inserção de conteúdos que tratem da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, conforme preconiza a Lei 10.639/03, tem potencial transformador, especialmente quando vinculada à valorização de referências negras masculinas que rompam com os estereótipos tradicionais. Iniciativas como o uso de literatura negra nas aulas, oficinas de produção cultural e debates sobre masculinidade com apoio de movimentos sociais têm fortalecido esse processo (Bento, 2011).

Para Maria Fabrícia de Medeiros, em sua tese *Práticas Pedagógicas e Relações Étnico-Raciais* (2019), defende que a autoafirmação da identidade de crianças de 6 a 8 anos é um processo que já começa no ambiente familiar e social antes mesmo da escola, mas que a escola — e especialmente as práticas pedagógicas não hegemônicas - tem papel fundamental para fazer com que essas crianças passem de uma posição de negação ou invisibilidade racial para uma de reconhecimento e valorização de si mesmas.

Medeiros mostra que mesmo em turmas mistas, crenças, estereótipos e representações sociais sobre raça estão presentes e influenciam como as crianças se veem, agem, interagem, expressam seu corpo (cabelo, pele etc.), ou se retraem ou desejam se “assimilar”, até que práticas pedagógicas afirmativas ou provocativas (oficinas interativas, leituras, discussões, visibilidade de representações pardas e pretas, valorização estética, etc.) possibilitem reflexões, ressignificações.

Além disso, a autora aponta que a formação inicial e continuada dos professores para lidar com temática étnico-racial é deficitária: embora existam docentes comprometidos que trazem em suas práticas reflexos de suas vivências pessoais, em muitos casos isso não se traduz em abordagens sistemáticas no currículo, no cotidiano escolar nem em recursos apropriados. Medeiros defende que para sustentar a autoafirmação das identidades racializadas, é necessário que as escolas incorporem práticas pedagógicas conscientes das relações raciais, que promovam representações

positivas, que desafiem estereótipos e que veiculem narrativas históricas/afrocentradas, além de formação docente que prepare para essa mediação.

Considerações Finais

Abordar as masculinidades em termos reais significa superarmos as estereotipias acopladas aos jovens e homens pardos e pretos como a ideia de “naturalmente violentos” e desinteressados. Dessa forma, compreender a escola como território de disputa é também reconhecer que os sentidos atribuídos à masculinidade não estão dados de forma definitiva: eles são construídos, negociados e, sobretudo, passíveis de transformação. As experiências de resistência vividas e produzidas por meninos pardos e pretos nas escolas revelam uma potência coletiva que desafia a ordem hegemônica e propõe novas formas de ser, sentir e existir. Investir no fortalecimento dessas práticas, bem como em políticas públicas que garantam uma educação antirracista, plural e afetiva, é fundamental para que os espaços educativos não apenas acolham, mas potencializem essas trajetórias.

Referências

- ACHO, Emmanuel. *Conversas desconfortáveis com um homem negro*. São Paulo: LeYa Brasil, 2021.
- APRENDIZAGEM EM FOCO. n. 56, *Instituto Unibanco*, outubro de 2019.
- BARROS, José D’Assunção. *Construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- BASTOS, Janaína. *Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil*. São Paulo: Matrix, 2023.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org). *Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade – CEERT, 2011.
- BOLA, JJ. *Seja Homem: a masculinidade desmascarada*. Porto Alegre: Dublinense, 2020.
- BUTLER, Judith. *Vidas precárias: os poderes do luto e da violência*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. *De guri a cabra-macho: masculinidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

- CENSO ESCOLAR 2023. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, 22 de fevereiro de 2023. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf
- CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.
- CAMILO, Vandelir; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. (orgs). *Masculinidades negras: novos debates ganhando formas*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2022.
- Carneiro, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Quem são os meninos que fracassam na escola? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, nº 121, p. 2004.
- CASTILHO, Jade. Censo Escolar 2023: reprovação e abandono escolar retomam crescimento após pandemia. *Fundação Carlos Chagas (FCC)*, 12/02/2025. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-noticia/censo-escolar-2023-reprovacao-e-abandono-retomam-crescimento-apos-pandemia/>
- CONNELL, Raewyn (Robert). Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- _____. *Masculinities*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2005.
- _____. Veinte años después: Masculinidades hegemónicas y el sur global. In: MADRID, Sebastián; VALDÉS, Teresa; CELEDÓN, Roberto. (Orgs.). *Masculinidades em América Latina: veinte años de estudos y políticas para la igualdad de gênero*. 2020, p. 37-58.
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v., n. 21, p. 241-282, jan./abr. 2013.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.
- CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 73-97, abr. 2017.
- CURRY, Tommy J. *The Man-Not: Race, Class, Genre, and the Dilemmas of Black Manhood*. Temple University, 2017.
- D'ADESKY, Jacques. *Uma breve História do Racismo*. Intolerância, Genocídio e Crimes contra a Humanidade. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2022.
- DAFLON, Verônica Toste. *Tão longe, Tão Perto: Identidades, Discriminação e Estereótipos de Pretos e Pardos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2017.

DESIGUALDADES SOCIAIS POR COR E RAÇA NO BRASIL. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, IBGE, n. 41, 2019.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados* [online]. 2018, v. 32, n. 93, p. 25-42.

FRANCISCO, Monica da Silva. Estudos sobre homens-meninos pretos. *Revista África e Africanidades*, ano XVI, ed. 46, maio de 2023, p. 161-172.

GALET, Carmen; SEFFNER, Fernando. Dois olhares sobre masculinidades no ambiente escolar: Brasil e Espanha. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 11, n. 2, p. 767-782, 2016.

GODOI, Christian Justino de. *Apontamentos para a noção de parditude: manifestações do pardo no audiovisual*. Tese (Doutorado Interdisciplinas em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, São Paulo, 2025.

HOOKS, Bell. *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*. São Paulo: Elefante, 2022.

JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo. De norte a sul, de leste a oeste: mudança na identificação racial no Brasil . *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 37, p. 1-25, 2020.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

_____. *The history of man: essays in the history of American and British masculinities*. State University of New York Press, Albany. 2005.

_____. Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção da identidade de gênero. *Revista do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social*, Natal, v. 3, n. 4, p. 97-124, 2016.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz Zimbres, São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (3^a ed., 2^a reim.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MEDEIROS, Maria Fabrícia de. *Práticas pedagógicas e relações étnico-raciais: uma análise da construção da identidade negra da criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública da cidade de João Pessoa*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, Jun. 2007.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo de. *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

ROCHA, Igor. C. S. A ordem pública e as masculinidades negras: o controle objetivo e subjetivo do homem negro. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 47-78, 2019.

ROCHA, Hortência Sousa. *Pardo: uma identidade construída no limbo?* Processos de subjetivação dos pardos no contexto brasileiro. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2023.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas*, 21 (3), p. 445 -454, set.-dez. 2021.

PETRUCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Estudos e análises. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PINHO, Osmundo; SOUZA, Rolf Malungo de. Subjetividade, cultura e poder: politizando masculinidades negras. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 40-46, abr./jun. 2019.

PINHO, Osmundo. Masculinidades negras e antinegritude. In: Heloisa Buarque de Almeida; Carlos Eduardo Henning. (Org.). *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. 1ed. Goiânia: CEGRAF UFG, 2024, v. 1, p. 358-385.

RODRIGUES, Ozaias da Silva. Por uma história da população parda brasileira. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 56, p. 1-7, 2024.

SALES, Augusto; CARVALHO, Juliana. Pardo is the New Black: Reframing Racial Identity in Brazil and Beyond—A Systems Perspective. *Manag. Rev.* 36(2), 39591, 2025.

SANTOS, Denis Moura dos. *Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado Brasileiro*. Curitiba: Appris, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador, EDUFBA, 2018.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. “Se der mole... eu passo o rodo”: quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça invadem o cotidiano escolar. *Café Com Sociologia*, Maceió, v. 6, n. 1, p.53-70, 2017.

SILVA, Gláucio Dutra da. *Mecanismos que cooperaram para a baixa representatividade de pretos (as) e pardos (as) em funções de alta liderança*. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Luciana Aparecida Siqueira; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês de periódicos nacionais. *Revista Diversidade e Educação*, v.7 , n.2 , p. 20-44, Jul/Dez 2019.

SILVA, Natanael de Freitas. Inclassificáveis: o entre-lugar do pardo e da parditude no debate racial brasileiro. *Revista Periódicus*, v. 2, p. 238-262, 2025.

SILVA, Natanael de Freitas. Intersecções do e no masculino: subalternização e vulnerabilidades das masculinidades negras. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 5, p. 201-229, 2022a.

SILVA, Natanael De Freitas. *Dzi Croquettes e Secos & Molhados*: masculinidades disparatadas. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor*: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 123-144, Jul/Dez. 2009.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. O home negro viril: embates raciais e de gênero como um discurso sobre virilidade. *Revista África e Africanidades*, ano XVI, ed. 46, p. 110-121, maio de 2023.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. *De pé como homem...: a construção da masculinidade na Frente Negra Brasileira e no Teatro Experimental do Negro*; Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade*: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.